



LEZÍRIA DO TEJO

comunidade
intermunicipal

Órgão: Assembleia Intermunicipal da CIMLT

ATA Nº: 12

30 de novembro de 2020

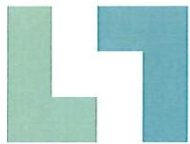
Assunto: Sessão Ordinária

Início da sessão: 21h10 horas	Términus da sessão: 23h30 horas
-------------------------------	---------------------------------

Presidente da Mesa: Francisco Caneira Madelino

Vice-Presidente da Mesa: Cristina Maria Milhano Pintão de Campos

Secretário da Mesa: Dina Maria Gomes Rocha



----- **ATA N.º 12** -----

--- Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, na sala de reuniões do Centro de Serviços da Lezíria do Tejo, edifício sede da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, e através de sistema de videoconferência, simultaneamente, nos termos do estabelecido no artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, reuniu-se a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efetuada ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 86.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus Deputados. Depois de verificar o quórum, o Senhor Presidente deu início à Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, pelas vinte e uma horas e quinze minutos.-----

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo: Cláudia Raquel Landeiro Raposo Pina Nunes (em substituição de José Francisco Correia Afonso Marouço), Gustavo Gaudêncio da Costa, Carlos Manuel Russo Mota, António José Fonseca Nobre, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Nuno Miguel Martins Pires, Domingos Manuel Marques David Pereira, Augusto Gonçalves Parreira, José Augusto Santos de Jesus, Francisco Manuel Miguel Colaço, Pedro Miguel Martins Braz, Rui Miguel Oliveira da Cruz, Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Artur Fernando Salgado, Ana Teresa de Sousa David, Luís Alberto Ferreira, Víctor Manuel da Guia, Alam Pereira, Carla Cristina, Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, Francisco Caneira Madelino, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão, Telma Filipa Oliveira Simões, Carlos Fatia Tezo, Cristina Maria Milhano Pintão de Campos, Nuno Miguel Cardigos Afonso Antunes Fernandes, Dina Maria Gomes Rocha e Nuno Miguel Freire Gameiro Castelbranco. -----

--- Faltaram à sessão José Manuel Coutinho Lopes, Fernando Rodrigues Louro, Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito, José Luís Marques dos Santos, Vera Lúcia Braz dos Santos, Irina Noel Matias Batista, José Eduardo de Melo Relvas Ramalho, Catarina Maria Lagarto Marques, Rui Miguel Oliveira da Cruz, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Manuel António dos Santos Afonso e André Filipe Arraia Gomes.-----

--- Apresentaram justificação de ausência José Francisco Correia Afonso Marouço, José Manuel Coutinho Lopes, Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito, José Eduardo de Melo Relvas Ramalho e André Filipe Arraia Gomes.-----

--- A lista de presenças dos senhores Deputados constam dos documentos anexos à presente ata.

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos: -----



--- Período Antes da Ordem do Dia.-----

--- Ordem do Dia:-----

--- 1. Apreciação da Atividade da Comunidade Intermunicipal;-----

--- 2. Apreciação e votação de proposta de não assunção pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, no que respeita ao ano de 2021, das competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01/2019 – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação;-----

--- 3. Apreciação e votação de proposta de não assunção pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, no que respeita ao ano de 2021, das competências previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde;-----

--- 4. Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas Referente ao Ano de 2019;-----

--- 5. Apreciação de Balanço de Abertura, Análise Sumária e Demonstrações Financeiras da CIMLT reportadas ao final do 1.º semestre de 2020 e do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as mesmas;-----

--- 6. Apreciação e Votação de Orçamento para 2021, Grandes Opções do Plano 2021-2026 e Mapa de Pessoal para 2021;-----

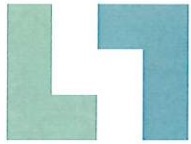
--- 7. Apreciação e Votação de Proposta de Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano de 2021-2026;-----

--- 8. Apreciação e Votação de Proposta de Quarta Revisão ao Orçamento para 2020, Plano de Ação – Grandes Opções do Plano 2020-2025, e Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano Agora Revistas.-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, lembrando que as votações seriam indicadas por cada líder de bancada e quem quisesse pedir a palavra deveria escrever essa intenção no chat. O senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção, passando à tomada de posse do senhor Deputado Domingos Manuel Marques David Pereira (CDU).-----

--- Tomou posse o senhor **Deputado Domingos Manuel Marques David Pereira (CDU)**.-----



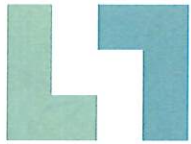
--- O senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, solicitando que a bancada do PSD apresentasse a Moção que tinha dado entrada nos serviços.----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro (PSD)**, apresentando a Moção "Pela liberdade de acesso aos espetáculos de Cultura Popular Portuguesa":

"As conhecidas propostas legislativas apresentadas pelo Bloco de Esquerda (BE) e Partido das Pessoas, Animais e Natureza (PAN), que visam proibir o acesso e participação dos menores de idade a espetáculos tauromáquicos, constituem mais um ataque feroz à Cultura Popular Portuguesa, em particular à Cultura Taurina e a todos os portugueses que gostam desta forma de expressão cultural. Estas propostas resultam de um forte pendor ideológico, castrador das nossas liberdades individuais, que pretende acrescentar um impedimento dos cidadãos, menores de 18 anos, para assistirem e participarem num espetáculo de Cultura Popular Portuguesa, atentando de forma clara contra o previsto no art.º 43º da Constituição da República Portuguesa: "O Estado não pode programar a Educação e a Cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas" e desprezam o disposto no n.º 1 do art.º 73º em que se lê: "todos têm direito à Cultura" e "o Estado promove a democratização da Cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural". Por outro lado, a Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU assume, no seu art.º 29º, que a educação deve destinar-se a incutir na criança o respeito pela sua identidade cultural, língua e valores, bem como pelos valores nacionais do país em que vive. No mesmo sentido, o art.º 31º reconhece, expressamente à criança, o direito de participar livremente na vida cultural e artística, em toda a sua plenitude. No mesmo sentido, estabelece a Declaração Universal dos Direitos do Homem, no art.º 2º, o princípio da não discriminação segundo o qual, cada pessoa tem o direito de participar livremente na vida cultural da comunidade. No Ribatejo, nomeadamente nos municípios que integram a Lezíria do Tejo, ao longo de mais de um século, sejam os novos ou os mais velhos, os avós, pais, filhos ou netos, sempre tiveram liberdade de assistir a diversos eventos de expressão da cultura tauromáquica portuguesa e que se constituíram, desde sempre, como marca vincada na história da nossa região. Para além de assistirem, a participação dos mais jovens nos diversos grupos de forcados dos nossos concelhos, é de realçar! Estes grupos são uma marca indelével da nossa região, do Ribatejo, não apenas a nível nacional, mas também a nível europeu e mundial, e comprovam que a juventude, a tauromaquia, a tradição e a cultura popular são todas elas elementos de uma expressão cultural reconhecida. Pelas praças dos nossos municípios passaram já os nomes mais sonantes da tauromaquia nacional e mundial, que fizeram deslocar multidões, em liberdade, dinamizando a economia local e apoiando o desenvolvimento da nossa região. Acresce que, esta



região, para além dos grupos de forcados, deu também ao mundo cavaleiros tauromáquicos, bandarilheiros, veterinários e diretores de corrida, estando intimamente ligada à Festa Brava e a toda a envolvimento desta forma de expressão cultural. Tudo isto só foi possível, em todos os momentos da história de Portugal, com a liberdade conferida às pessoas para assistirem e participarem neste espetáculo. E esta liberdade, defende que uma família, se assim o entender e desejar, possa levar os seus filhos, sobrinhos ou netos, menores de 18 anos, a um espetáculo tauromáquico. Num mundo como aquele em que vivemos, em que a violência gratuita entre humanos entra pelas nossas casas através dos mais diversos canais de comunicação como sejam televisões ou redes sociais, todos sem exceção, considerar que um espetáculo tauromáquico é violento, ou pode ser traumatizante para um menor de 18 anos, é algo que não aceitamos. Porque não aceitamos que os espartilhos ideológicos de alguns partidos radicais, amarrados a conceitos importados de outras fronteiras, e de pessoas que sempre viveram apartadas desta “portugalidade popular”, possam impor uma castração à liberdade dos pais poderem educar e ensinar os seus filhos segundo as suas tradições – uma cultura popular e tradição que em nada prejudica aqueles que não a apreciam, porque simplesmente estes também têm o direito de não assistir, de não participar. Permitirmos que a sociedade portuguesa, em pleno ano 2020, possa pactuar com propostas desta natureza, é atentatório dos direitos dos pais em educar os seus filhos e mostrarem expressões culturais que lhe estão enraizadas. Recordamos Ernest Hemingway que defendia: “A tourada é a única arte em que o artista está em perigo constante, e na qual a beleza do espetáculo depende da honra do toureiro”. Saibamos, em liberdade, permitir que esta expressão cultural possa continuar a ser vivida em família e que os avós, pais, filhos, netos, sobrinhos e irmãos, possam continuar a fazer a passagem de testemunho pelo gosto dessa expressão cultural mundialmente reconhecida e valorizada e que se constitui, nesta época, como um momento de encontro familiar, de valorização de amizades e de confraternização. Proibir os menores de 18 anos de assistirem e participarem em espetáculos taurinos é querer apagar da memória das novas gerações uma parte da história e Cultura Portuguesa. Assim, a Assembleia da CIM-LT: 1º - Reconhece o interesse da Tauromaquia como dinamizador cultural, económico e social da região e considera que deve existir liberdade para todos no acesso e participação em eventos de Cultura Popular Portuguesa, em particular a cultura tauromáquica; 2º - Condena veementemente as propostas do BE e PAN, as quais restringem a liberdade de cada indivíduo em assistir ou participar em eventos que estes dois partidos consideram que não se identificam com as suas ideologias; 3º - Apela ao Governo e Deputados eleitos para a Assembleia da República, para que se oponham a estes diplomas, mantendo a liberdade e identidade do nosso povo. A presente moção é proposta nos termos da al.



b) do artigo 14º do Regimento da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, bem assim como al. e) do artigo 84º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, com vista à sua aprovação. Os eleitos do PSD na Assembleia Intermunicipal de Santarém. Santarém, 30 de Novembro de 2020”-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, dizendo lamentar as propostas, quer do Bloco de Esquerda, quer do PAN, quer outras que já tinham sido trazidas ao longo dos tempos. Mas lamentava ainda mais alguma desfaçatez narrativa que o PSD tinha usado nesta Moção. Disse confessar que quando tinha começado a ler a Moção e termos como “castração” tinha imaginado que a censura que o PSD viesse trazer à Assembleia Intermunicipal fosse outra. Essa, sim, limitadora das liberdades. Não uma proposta que se inseria naquilo que era o quadro da Democracia, em que cada Partido fazia o que bem entendia, por muito que não se concordasse com as propostas, nomeadamente com o espírito com que as propostas eram feitas, de regular o acesso a um espetáculo cultural, que era uma coisa que acontecia em todos os espetáculos culturais. Todos eles tinham uma regulação qualquer, incluindo as corridas de touros. Havia uma limitação do acesso às corridas de touros por parte das crianças, limitação essa que o senhor Deputado disse não acreditar que o PSD quisesse levantar. Ainda assim, tinha no seu primeiro ponto o acesso de todas as pessoas a este espetáculo. Com os pressupostos desta Moção, o senhor Deputado disse que de maneira nenhuma conseguia rever-se ou entender, achando-os extremamente exagerados, sendo a Moção um radicalizar de uma posição nesta Assembleia. O senhor Deputado referiu que com certeza não era esse o objetivo, mas tinha sido isso que tinham conseguido fazer com a Moção. Com aquilo que iria ser votado, disse identificar-se com um ponto, mas não com outro, e a sua tentação individual seria votar contra, mas conseguia perceber quais eram as propostas efetivas que a Moção tinha. Por isso, referiu que ia abster-se nesta Moção.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, referindo que, sobre a Moção apresentada pelo colega do PSD, tinha ficado incomodado com a carga violenta, a demagogia, o radicalismo. Disse não ser contra as touradas, que gostava de ir a touradas. Prosseguiu dizendo que, no BE, as pessoas eram plurais. Disse respeitar quem no BE era contra as touradas, como eles respeitavam quem no BE gostava de touradas. Assim, quando lhe aparecia alguém com uma linguagem e uma verbalização ideológica desta forma, fazendo uma proposta que acabava de fazer, o efeito nele era o inverso. Esse tipo de posicionamento conseguia pôr aquelas pessoas que não eram contra as touradas contra o PSD, contra esse fanatismo, contra essa dita cultura para todos, e que nem devia ser para todos. Disse respeitar quem com mais sensibilidade ao nível dos direitos da criança entendia que era um espetáculo com violência, que



devia ser visto por pessoas com uma certa maturidade emocional. Não tinha nada contra. Era uma questão pacífica. Referiu ainda que não via ideologia em tudo na vida como alguns. Não partilhava desse fanatismo de análise. Era uma coisa que era doentia. Por isso, se lhe vinham fanáticos falar contra as touradas disse ficar extremamente irritado. Mas se vinha alguém do lado contrário ter o mesmo tipo de atitude de fanatismo, a favor de tudo o que era touradas e contra todos os outros também lhe provocava exatamente o mesmo efeito. Terminou a sua intervenção, alertando o senhor Deputado do PSD, que se era defensor das touradas, se moderasse. Porque esse tipo de atitudes criava mais anti-touradas do que o efeito que o senhor Deputado pretendia fazer. Depois outra coisa: touradas para todas as idades? O senhor Deputado disse considerar que não haveria nenhum psicólogo ou agente educativo que o aceitasse e que o entendesse. Assim, quando se verbalizava alguma coisa, era bom perceber o mínimo daquilo que se estava a dizer. Defender que todas as crianças deviam poder ver todas as touradas seria uma barbaridade que iria dar mais argumentos ainda àqueles que eram contra as touradas. pediu, por isso, um pouco de bom senso e referiu que naturalmente iria votar contra.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro (PSD)**, referindo que não havia fanatismo nenhum na Moção. O único fanatismo que havia era acharem que gostavam de touradas e as pessoas que gostavam de touradas tinham direito a ver touradas e a levar os filhos às touradas. O limite mínimo de idade já havia. Mas nem era por fazer mal às crianças. Disse que as crianças, a maior parte, gostavam e iam às touradas e queriam ser toureiros. Mas percebia, porque podia incomodar o vizinho do lado. Agora não via onde estava fanatismo. Fanatismo era, na opinião do senhor Deputado, o BE e o PAN tentarem proibir as pessoas de ir a um espetáculo reconhecidamente cultural. Não gostavam, não iam. Tinham todo o direito de não gostar e de não ir. Mas não tinham direito de nos impor a sua vontade, quando era um direito e uma garantia o acesso à cultura, neste caso a tauromáquica. Terminou dizendo que estavam numa região onde os touros e a cultura taurina, tanto na economia como na cultura e no ambiente, se incorporava na cultura taurina. Assim, não conseguia perceber o querer acabar com toda esta tradição, de uma coisa que era da região.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro (PS)**, mencionando que, apesar de ser a favor das touradas, achava que a Moção tinha uns termos que não eram os mais adequados a quem defendia a questão tauromáquica. Apesar disso, achava que havia muitas coisas mais que o BE e PAN podiam preocupar-se, por exemplo a saúde das crianças, mais do que a questão das touradas. As touradas, como qualquer espetáculo, era opção das pessoas frequentarem ou não. Deu ainda um exemplo, referindo que não via as pessoas muito preocupadas



com quem fumava à porta das escolas e estava provado que tal provocava cancro. O senhor Deputado apresentou uma proposta para que quem tinha proposto a Moção pudesse moderar os termos da mesma. Com os termos presentes, mais radicalizados, disse considerar difícil uma pessoa conseguir anuir. De qualquer maneira, disse que votaria sempre a favor das touradas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, dizendo não conseguir perceber a questão do radicalismo. Se da parte do senhor Deputado Francisco Colaço poderia esperar alguns termos destes, do senhor Deputado Nuno Antão disse não estar nada à espera, e não era por ter nada contra um ou contra o outro. A palavra castração era uma palavra que estava no texto da Moção, como muitos textos e muitas linguagens e muitos termos se usavam para mostrar aquilo que se pretendia fazer passar. Pediu, por isso, que se lesse como se tinha de ler e não literalmente. A palavra tinha o valor que tinha, no contexto em que ela tinha sido escrita na Moção que o PSD apresentava. Até porque era só esse o exemplo do radicalismo da Moção e tudo o mais não tinha nada de atentatório. E ao contrário do que dizia o senhor Deputado Francisco Colaço, não havia radicalismo nenhum. O radicalismo que havia na Moção era tão grande ou tão pouco, que até dizia que as pessoas que não gostavam de touradas também tinham o direito de não assistir e de não participar. Prosseguiu dizendo que o PSD não defendia mais para quem gostava e menos para quem não gostava. Os direitos eram iguais. Portanto, expressões e frases como esta, pelo contrário, e em vez do radicalismo, colocavam uma ponderação, uma racionalidade que lhe parecia perfeitamente ajustada. O senhor Deputado pediu para que não procurassem fazer desta moção mais do que ela era. Ela no fundo representava os três pontos que apresentava no fim. Tudo o resto era construção desta Moção e eram fundamentos para os referidos três pontos que pretendiam ver deliberados favoravelmente, se assim a Assembleia o entendesse. Adiantou ainda que, caso existissem algumas sugestões de correção do texto, nomeadamente se o senhor Deputado Nuno Antão quisesse colocar uma outra palavra no lugar da palavra "castração", que fosse confortável para que a Assembleia pudesse aprovar esta Moção, estariam disponíveis para a rever, não lhe retirando aquilo que ela era – uma Moção a favor das touradas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, referindo que em momento algum esta Moção era a favor ou contra as touradas. As moções eram documentos escritos e por isso é que tinham de ter cuidado com aquilo que escreviam. O senhor Deputado prosseguiu dizendo que por isso é que tinha relativizado todos os pressupostos da Moção, achando-os radicais e com expressões que, colocadas nos tempo atuais, em que eram confrontados com propostas de castração de seres humanos, vir usar estas expressões era tudo



LEZÍRIA DO TEJO

comunidade
intermunicipal

menos inocente, ou então era santa inocência a mais e achar que ninguém dava por isso. De acordo com o senhor Deputado, o PSD não apresentava nesta Moção um conteúdo de ser a favor ou contra as touradas. Era o acesso às touradas. E era a condenação da Democracia, por ela funcionar. E sobre isso não tinha reservas nenhuma. Voltou a referir que achava que os termos utilizados não eram corretos, nem consensuais. Mas não tinha nada contra aquilo que era a decisão em concreto. Por isso disse que ia abster-se. E esta era uma posição individual e não do PS. Se não percebiam a sua posição, disse também não perceber a narrativa da Moção do PSD.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Luís Alberto Ferreira (CDU)**, referindo que também ia abster-se à Moção do PSD. Mas a sua intervenção era sobre a questão das videoconferências. Lembrou que estavam em tempos complicados, mas tinham só duas reuniões anuais. Propôs que a Assembleia se reunisse numa sala mais ampla. Em videoconferência não havia aquela frontalidade como se estivessem num espaço mais amplo e achava que tinham condições para isso.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Artur Fernando Salgado (PS)**, começando por dizer que a sua intervenção era uma posição pessoal. Referiu que não ia muitas vezes à tourada, mas das últimas vezes que tinha ido tinha havido um problema e tiveram de abater o cavalo. No dia seguinte, os jornais mostravam a figura do cavalo e na altura havia lá muitas crianças com os pais, que choraram ao ver o cavalo a sofrer perante as cornadas do touro. O senhor Deputado, como professor, disse ter-lhe custado ver aquilo. Prosseguiu dizendo que havia um direito das crianças. A Moção do PSD carregava muito na tónica dos direitos da criança. Na opinião do senhor Deputado, havia direitos da criança que deviam ser salvaguardados. Prosseguiu dizendo que todos sabiam que a tauromaquia movimentava a agricultura, o turismo, a restauração, os adubos, os arames, as celas, quem criava as vestes, mas achava que devia haver um limite em tudo. Achava que o Estado devia ter uma palavra sobre qual devia ser a orientação no sistema educativo e no próprio ambiente cultural. Disse que eram todos pela cultura, mas nem todo o tipo de cultura servia. Era bom, por exemplo, ir ao Fado e estar naquele ambiente, mas nem todas as crianças podiam ir ao Fado. Na opinião do senhor Deputado, as crianças tinham de ser mais protegidas do que esta Moção refletia.-----

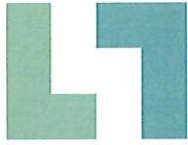
--- Usou da palavra a senhora **Deputada Mara Lúcia Lagriminha Coelho (PS)**, mencionando que em relação à discussão da Moção do PSD, já tinha ficado visível a posição do PS. O PSD tinha proposto acertar um bocadinho a tónica das palavras. De facto, cada vez mais as palavras faziam sentido e faziam a diferença. O sentido dessas palavras tinha um impacto que muitas vezes não era medido e também por causa disso viviam-se tempos conturbados a nível nacional e no mundo. Na opinião da senhora Deputada, era importante definir a questão das palavras e se



queriam ter uma posição que fosse representativa, essa posição devia ser o mais coerente possível e não uma posição radical, na qual o PS não se revia. Lembrou que era sempre uma tônica do PS defender a cultura, a tradição e a identidade daquilo que era também o nosso património imaterial. A tauromaquia fazia parte desse património, a liberdade era também algo que salvaguardavam e preservavam. Assim, disse que a sua liberdade de querer ir ou não a uma corrida de touros estava exatamente nesse âmbito. Portanto, não devia ser restringida. Porém, era um assunto que também ainda não tinha sido discutido na Assembleia da República. Prosseguiu a sua intervenção dizendo que a posição dos deputados do PS era sempre uma posição de defesa do mundo rural, das suas tradições e das suas identidades. Porém existia a liberdade de voto. Por isso, nesta matéria, enquanto líder de bancada, a senhora Deputada sugeriu que o voto fosse a favor se a Moção fosse atenuada na forma como estava escrita, clarificando a importância que a tauromaquia tinha para o território. Se mantivessem o texto como estava, muitos deputados do PS teriam de se abster e a senhora Deputada seria uma das pessoas que se iria abster.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, solicitando à senhora Deputada Mara Lagriminha, tendo em conta que concordavam todos com a importância das touradas, que dissesse quais as palavras que deveriam ser usadas na Moção. Questionou se tirariam o parágrafo que falava de castração à Liberdade ou se tiravam mais algum ponto, ou inseriam algum ponto. Estavam disponíveis para essa alteração, porque esta Moção tinha como desiderato final o apoio de ir às touradas e em família às touradas. Estavam, assim, disponíveis para rever a Moção.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, referindo que por muito que o senhor Deputado José Augusto de Jesus tentasse tornar a Moção mais agradável, o mal estava feito e a terminologia usada na Moção não tinha remendo. Não era uma Moção de defesa da tourada. Era uma Moção de ataque à liberdade dos partidos políticos que tinham feito uma proposta no Parlamento, para que limitassem a liberdade de acesso. E a Moção era única e exclusivamente contra que houvesse limites à idade de acesso às touradas. na opinião do senhor Deputado, podiam ter usado uma terminologia adequada para dizerem que eram contra que houvesse limite de idades de acesso à tourada. Se o PSD achava adequado para uma criança ou um adolescente ver um cavalo esventrado numa praça de touros, como o senhor Deputado já tinha visto, ele não achava. Voltou a referir que gostava de ver touradas, era ribatejano, os touros sempre estiveram no seu horizonte cultural, mas isso não quer dizer que tivesse de estar de acordo com uma verbalização radical com uma única intenção – que não houvesse limite de acesso às touradas. Disse ser a favor que houvesse limite etário de acesso às touradas. Portanto, mantinha o



seu voto. Não era uma questão de terminologia, que o chocava. Era uma questão de posição.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro (PSD)**, dizendo que ficava espantado quando via alguém do BE falar como falava o senhor Deputado Francisco Colaço, que dizia que o PSD era radical. Na opinião do senhor Deputado, o BE era uma associação de radicais esquerdistas e sem responsabilidade nenhuma daquilo que pediam e que faziam. Podiam não ter gostado da palavra castração, mas até parecia que não estavam no Ribatejo. A palavra existia e ia continuar a existir. Não era por alguém a ter usado que ela mudava de sentido. O senhor Deputado disse confessar que era um orgulho ser chamado de radical por alguém do BE.-

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, considerando que havia duas hipóteses. Ou punha-se a Moção à votação como estava, ou havia uma formulação alternativa. Propôs a reformulação num parágrafo, referindo o seguinte "a Assembleia Intermunicipal manifesta o seu apoio à tauromaquia enquanto atividade cultural genuína da região e do País, com adesão social evidente, manifestada mesmo em Municípios geridos pelos diversos Partidos. Deve assim a Assembleia da República ter em consideração o respeito que compõe a sua alma cultural e ambiental". O senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT disse poder assumir a autoria desta proposta e colocava-a à votação. Questionou se o PSD estava disposto a que houvesse esta Moção alternativa, transformando-se numa Moção conjunta.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro (PSD)**, referindo não ver problema, se o senhor Deputado José Augusto de Jesus, líder de bancada, aceitasse a proposta conjunta. No fundo, o que interessava era defender a tauromaquia, as tradições e a cultura.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Mara Lúcia Lagriminha Coelho (PS)**, dizendo sentir-se confortável com a proposta e acreditando que os restantes eleitos do PS também se sentiriam confortáveis com a mesma.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, dizendo concordar com a formulação apresentada pelo senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT. Acrescentou que não podia deixar de, na Declaração de Voto que faria nessa proposta, realçar alguns pontos que deixaria para esse tempo. Disse estar também confortável, tal como os seus colegas de bancada, com a proposta apresentada.-----

--- Submetida à votação a **Moção "Pela liberdade de acesso aos espetáculos de Cultura Popular Portuguesa"**, condicionada a uma redação final consensualizada entre PSD, PS, CDU e BE, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----



--- Votos a favor: 23 (PS e PSD);-----

--- Abstenções: 4 (CDU e BE).-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, informando que se algum Deputado quisesse clarificar a sua posição, usando a Declaração de Voto, que o fizesse remetendo para os serviços da Assembleia Intermunicipal da CIMLT a referida Declaração de Voto por escrito.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, apresentando o Voto de Saudação "Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres": "A 25 de novembro o mundo assinala a luta pela eliminação da violência contra as mulheres. É uma luta que registou mundialmente muitos avanços, mas que persiste inacabada. Ainda vivemos numa sociedade culturalmente marcada pelo sexismo em que a brutalidade da dominação masculina se traduz em diversas formas de discriminação e violência que carregam uma indiscutível marca de género. A pandemia que atravessamos trouxe dificuldades acrescidas à prevenção e ao combate a estas violências, em especial à violência nas relações de intimidade e aos femicídios. O confinamento reforçou o isolamento de muitas mulheres e aprofundou a sua vulnerabilidade às estratégias de dominação dos agressores tornando mais difícil e arriscado pedir ajuda. Em Portugal, de acordo com os dados preliminares do Observatório das Mulheres Assassinadas da UMAR, em 2020, já foram assassinadas 30 mulheres, 16 em contexto de relações de intimidade e registaram-se 43 tentativas de femicídios. Há agora mais 21 crianças órfãs vítimas da violência contra as mulheres. Na Europa, uma em cada três mulheres já foi vítima de violência física e/ou sexual. 80 % das vítimas de tráfico a nível da União Europeia são mulheres. Nos países em vias de desenvolvimento, uma em cada três raparigas casa antes de atingir 18 anos de idade. São violências abjetas, que rasgam a sociedade e cujas feridas são ainda mais profundas quando se fala de mulheres negras, ciganas, migrantes, trans, lésbicas, com deficiência e tantas outras multiplamente excluídas e discriminadas na sociedade. Eliminar a violência contra as mulheres e as raparigas é condição para a igualdade de género e tem de ser um esforço coletivo e internacional. No passado dia 25 de novembro, em Lisboa, concentraram-se centenas de mulheres para reclamar o fim da violência contra as mulheres que já tirou a vida a 30 mulheres só este ano e pedir políticas públicas de combate às desigualdades profundas e por uma justiça livre de discriminação. Assim, a Assembleia Intermunicipal da Lezíria do Tejo reunida a 30 de Novembro de 2020, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da



el. Pedro
Ary

Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera: 1. Saudar as iniciativas do dia 25 de novembro e o trabalho de todos e todas aquelas que fazem da luta pela eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres condição fundamental para o respeito pelos Direitos Humanos e para uma sociedade livre, democrática e igualitária".-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Mara Lúcia Lagriminha Coelho (PS)**, saudando o senhor Deputado Francisco Colaço por ter apresentado esta saudação. Prosseguiu dizendo que naturalmente este combate continuava a ser um pilar decisivo, que era dos nossos tempos. Qualquer Democracia que se quisesse verdadeiramente desenvolvida não devia ter os números que persistiam existir ainda em Portugal. A senhora deputada aproveitou para saudar a UMAR, a organização que tinha feito um levantamento através do seu observatório e que eram dados que preocupava a todos, mas para os quais deviam preocupar-se ainda mais porque o tempo de pandemia estava a ter um impacto muito incisivo, sobretudo nas mulheres, não só no crime de violência doméstica, mas também por todos os impactos indiretos. Continuavam a ser a mulheres a ficar em casa. 80% das mulheres tinham ficado em casa a tomar conta dos filhos. Isso era um dado que devia levantar preocupações ao nível daquilo que eram as desigualdades salariais. Naturalmente se num agregado familiar elas ganhavam menos do que eles, por uma questão de rendimento familiar acabavam por ser elas a ficar e casa e isso trazia outros problemas associados. A senhora Deputada informou que se a saudação fosse colocada a votação, o PS votaria favoravelmente, deixando também a saudação ao UMAR pelo trabalho feito. Referiu ainda que ela própria tinha estado na concentração que tinha sido feita e enquanto existisse uma mulher a ser assassinada estes atos simbólicos contavam. Era um desafio que devia unir todos para o futuro, desejando que estes dados e valores diminuíssem. Para isso era preciso continuar a aplicar estas políticas ativas de prevenção. A senhora Deputada deixou também uma nota para a Lezíria do Tejo e para o trabalho feito com as autarquias locais, através de parcerias e protocolos com a APAV, tendo sido um trabalho de relevo, onde sem dúvida as parcerias e as autarquias locais eram fundamentais nessa prevenção e nessa articulação com as associações que efetivamente dominavam estas matérias.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, agradecendo as palavras da senhora Deputada Mara Lagriminha. Disse saber que a preocupação com os problemas das mulheres era transversal e devia ser cada vez mais. A importância desta tomada de posição era uma questão de consciência, de ética e de direitos humanos. Esclareceu ainda que esta era uma proposta de voto de saudação.-----

--- Submetido à votação o **Voto de Saudação "Dia Internacional pela Eliminação da Violência**



Contra as Mulheres", o mesmo foi **APROVADO POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 26 (PS, PSD, CDU e BE);-----

--- Abstenções: 1 (PSD).-----

--- Passou-se de seguida à **apreciação e votação da ata da sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 24 de junho de 2020.**-----

--- Submetida à votação a ata da sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 24 de junho de 2020, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE** pelos senhores Deputados presentes na referida sessão.-----

-----ORDEM DO DIA-----

--- Passou-se de seguida para o **Primeiro Ponto da Ordem do Dia - Apreciação da Atividade da Comunidade Intermunicipal.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Domingos Manuel Marques David Pereira (CDU)**, referindo que o Governo tinha apresentado e aprovado o Plano Nacional de Investimentos 2030, o qual não contemplava um único investimento para os Municípios da CIMLT. Lembrou os vários constrangimentos estruturais que se conheciam, como as pontes de acesso a Coruche, a Ponte da Chamusca, os vários problemas estruturais de Santarém, nomeadamente a ligação ferroviária ao Entroncamento, e a EN 118 que atravessava os centros urbanos de vários Municípios da Lezíria e com vários pontos negros de sinistralidade, corroendo as urbes, danificando o edificado, e hoje representando importante constrangimento ao desenvolvimento desses concelhos. Questionou o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal (CI) da CIMLT se o Governo tinha consultado o CI para a elaboração do Plano Nacional de Investimentos. Face ao exposto, o senhor Deputado questionou também se o CI já tinha tomado ou tencionava tomar alguma diligência junto do Governo para alterar o Plano Nacional de Investimentos, de modo a que algumas importantes obras estruturais tivessem cabimento. Perguntou se o CI estava disposto a exigir a construção de uma alternativa à EN 118.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, sugerindo que em futuras assembleias pudessem compartimentar os temas. Estavam a falar da ata e de repente tinham entrado noutra tema. Questionou se já tinham resolvido a questão das atas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, explicando que a ata que estava para aprovar era a de 24 e junho de 2020, tendo sido aprovada por unanimidade.-----



LEZÍRIA DO TEJO

comunidade
intermunicipal

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, referindo que sobre o Plano Nacional de Investimentos também gostaria de dizer umas palavras. O Plano Nacional de Investimentos, que o Governo tinha apresentado no dia 22 de outubro de 2020, numa nova versão, tinha castrado os investimentos que a região reclamava e bem precisava há muitos anos. O senhor Deputado disse ter ficado absolutamente desiludido. Prosseguiu dizendo que a região tinha ficado muito prejudicada numa série de investimentos, que agora iam para gaveta, como a requalificação da linha do Norte, a conclusão do IC3 e A13, as pontes que atravessavam o rio Sorraia, a travessia sobre o Tejo entre os Concelhos do Cartaxo e Salvaterra de Magos, sem esquecer outras obras como a requalificação da EN3, EN114 e tantas outras. Referiu que estes investimentos não só eram essenciais para o desenvolvimento económico da região, como eram também investimentos reclamados pela segurança de pessoas e bens. Por isso, disse bem entender, também em nome do PSD, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Santarém quando referia que não considerar a região neste Plano Nacional de Investimentos era criminoso. Para mais ainda quando se tratava de um plano a dez anos. Mencionou que não podiam conformar-se que se perspetivasse a requalificação da linha do Norte ou da Ponte Rainha Dona Amélia e restantes investimentos, só para depois de 2030. Não era esta certamente a noção de coesão territorial que defendia. Agora que havia uma bazuca europeia que o permitia, sem falar no novo Quadro Comunitário, estes projetos desapareciam do Plano Nacional de Investimentos quando à partida teriam mais condições para lá permanecer reforçados. Porquê? O senhor Deputado deu de seguida o exemplo da requalificação da Linha do Norte, que era uma prioridade na proposta do PNI apresentada em janeiro de 2019 e que tinha uma previsão de custo de mil e 500 milhões de euros. No fundo um compromisso sustentável, garantindo mais velocidade e mais segurança na Linha do Norte, era agora riscado para dar lugar a uma linha de alta velocidade, orçada em perto de 5 mil milhões de euros, que reduzia em cerca de meia hora a viagem de Lisboa ao Porto. Entendia que não fazia sentido nenhum nas atuais circunstâncias. Assim, questionou o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT sobre o que ele e os restantes membros do CI já tinham feito ou iriam fazer para forçar o Governo a apresentar uma outra versão do PNI, que pudesse incluir estes projetos tão essenciais para a região.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, deixando um alerta, também sobre o mesmo assunto, porque havia parâmetros que limitavam os investimentos na região, como por exemplo o valor mínimo de custo dos projetos a integrar no âmbito do PNI 2030, que era de 75 milhões de euros. Ficavam de fora as obras de valor inferior, o que não tinham nenhum sentido, do ponto de vista do senhor Deputado. Sendo menos onerosas, eram de grande



importância para região. Como exemplo, deu a requalificação da estação ferroviária do Entroncamento, a supressão da passagem de nível na linha da Beira Alta e a requalificação das acessibilidades ao nó da A1 – A23, entre muitas outras. A executarem-se os projetos propostos do PNI 2030, era previsível que, no que concerne ao Distrito, se promovesse a redução do protagonismo do Distrito e se comprometesse o seu desenvolvimento e a promoção de condições de vida digna dos seus habitantes. Situação a que não seria alheia a distribuição do território por três Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Lisboa e Vale do Tejo, Centro e Alentejo. De acordo com o senhor Deputado, a falta de adequação entre área de planeamento e área de financiamento, a que se iria submeter o PNI 2030, podia ter sido já responsável pelos adiamentos sucessivos de investimentos estruturantes no Distrito, de que eram exemplo a conclusão do IC13, com a reabilitação das pontes da Golegã e Rainha D. Amélia, e a construção do Nó da A1 e IC9 em Fátima. Santarém tinha um problema, por exemplo, da Linha Férrea e das barreiras. E como em Portugal havia a cultura de remediar na vez de prevenir, o senhor Deputado disse estar a prever que quando as barreiras viessem abaixo é que se atacava o problema da Linha Férrea e se desviava o seu trajeto. Por outro lado, quando se fazia um TGV, litoralizando cada vez mais o País e criando outras centralidades, tal era relegar Santarém para a marginalidade destes novos pólos de desenvolvimento. E isso não poderia aceitar. De acordo com o senhor Deputado, o último grande investimento estrutural feito na região tinha sido o CNEMA. Ele e todos os autarcas não podiam aceitar esta situação. Santarém não podia ficar relegada para segundo plano. Santarém tinha uma centralidade própria, que tinha de desenvolver, aprofundar, e não podia aceitar que os investimentos que estavam previstos no PNI relegasse Santarém para a calendas gregas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, lembrando que esta era uma discussão recorrente. Já tinha tido como designação PIDDAC e agora tinha como designação PNI. Era perfeitamente natural que estivessem sempre a discutir quais eram os investimentos prioritários para a região. Dizer que o último investimento estrutural na região tinha sido o CNEMA não seria correto, na opinião do senhor Deputado. Lembrou que depois disso tinha sido contruída a Ponte da Lezíria, ou até mesmo o nó de acesso à A1 no Cartaxo, ou a A13. O senhor Deputado quis registar também que o PSD, que estava a usar recorrentemente determinados termos, por outro lado, numa Moção apresentada pelo senhor Deputado Francisco Colaço, a única abstenção à referida Moção tinha vindo exatamente da pessoa que tinha apresentado a Moção em defesa dos touros.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António José Fonseca Nobre (CDU)**, questionando o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT sobre o que se passava sobre uma possível

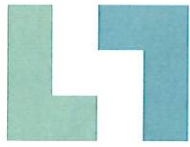


LEZÍRIA DO TEJO

comunidade
intermunicipal

união de Comunidades Intermunicipais, designadamente entre a Lezíria do Tejo, Médio Tejo e Oeste. Questionou se que teria alguma coisa a ver com o PNI, que abarcava uma área bem mais vasta e que não se restringia à nossa Comunidade. Perguntou qual a razão de se falar desta união de Comunidades Intermunicipais.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, afirmando que, quando há alguns anos tinha sido decidido, e bem, que a Lezíria do Tejo passaria a estar no Alentejo, para efeitos de fundos comunitários, e que o Médio Tejo passaria a estar no Centro, tinha sido porque a região de Lisboa e Vale do Tejo, onde se incluía a Lezíria do Tejo, Médio Tejo e Oeste, estas três NUT III, tinham um PIB per capita claramente abaixo daquilo que eram os 75% , ficando altamente penalizados com o facto da Área Metropolitana ter um PIB até superior a 100% daquilo que era a média comunitária. Nessa altura, o que acabou por acontecer foi que os fundos comunitários acabaram por entrar em phasing out para a Área Metropolitana e a CIMLT, associada a isso, teria também um conjunto de investimentos que já não podia fazer com recurso a esses fundos comunitários. Portanto, na altura, e bem, para efeito de fundos comunitários, as três CIM passaram a estar divididas. Entretanto, neste momento, de acordo com o senhor Presidente, aquilo que se pretendia era que as três CIMs pudessem ter uma nova NUT II, ou seja, uma só região. No futuro implicaria, quando houvesse uma regionalização, poder ter uma organização que permitisse essa governação independente da Área Metropolitana de Lisboa, até porque a realidade das três CIMs não era a realidade da Área Metropolitana. O senhor Presidente prosseguiu dizendo que, estando as três CIMs a fazer lobby há muito tempo sobre isto, aquilo que se tinha conseguido era ter numa primeira fase é uma ITI, ou seja, uma Intervenção Territorial Integrada. À partida iria ser a única no País. Na prática iria receber fundos do Alentejo e do Centro, não só aqueles que tinham já direito, mas também fundos nacionais. Teriam aqui a capacidade de alocar a este território aquilo que era a capacidade financeira com a capacidade de planeamento. Era nisto que tinham andado a trabalhar. Continuavam a entender que o ideal era ter uma NUT II, mas isso não dependia só do Governo. Dependia também de Bruxelas. E iriam continuar nessa lógica. O senhor Presidente referiu ainda que no memorando de entendimento da ITI tinham colocado algo que entendiam ser importante, que era sempre que possível o Estado Central, através das suas administrações desconcentradas, tenderia a reorganizar no âmbito destas três NUT III e era por aí que pretendiam ir porque entendiam que esta era a melhor solução. Em relação ao PNI, o senhor Presidente informou que os senhores Presidentes de Câmara discordavam naturalmente dele. Aquilo que tinha sido apresentado tinham sido essencialmente os grandes projetos, porque, segundo tinha sido explicado, depois havia outros mais pequenos que não tinham aparecido na lista que tinha ido



para Comunicação Social, mas que também estavam presentes. Os senhores Presidentes de Câmara não tinha gostado daquilo que tinham lido e pediram uma reunião ao Ministro das Infraestruturas, que já tinha acontecido, também com a presença do Secretário de Estado das Infraestruturas e o Presidente das Infraestruturas de Portugal. Na reunião foram colocadas questões sobre o IC3, A13, circular ferroviária a Santarém, a ponte Rainha D. Amélia, as pontes no rio Sorraia e o aeroporto, que não era de Alcochete mas sim de Benavente, porque a maior parte do aeroporto iria ficar no concelho de Benavente e era um investimento de futuro que defendiam. Aquilo que tinha resultado dessa reunião era que para duas situações estavam a haver estudos e estavam no momento a aguardar dados para depois voltarem a reunir. Para outros assuntos não havia resposta, nomeadamente a questão do aeroporto e a circular ferroviária. A resposta que tinha sido dada sobre a questão ferroviária era que há uns anos o que se pretendia era uma alternativa à Linha do Norte, para criar condições para que a circulação fosse mais rápida. No caso de Santarém, tal representava um investimento de 200 milhões de euros e o Governo tinha entendido que iria fazer uma linha dedicada naquilo que era o corredor do antigo TGV. Portanto, estes investimentos não seriam feitos no PNI. Ainda assim, os senhores Presidentes de Câmara continuavam a defendê-los, sendo que destes investimentos todos havia duas áreas que o Governo se tinha comprometido a estudar e estavam neste momento à espera daquilo que seriam os resultados dessa análise preliminar, para depois poderem falar. Em relação às EN, explicou que não tinham sido abordadas, até porque o PNI não ia a esse pormenor. De acordo com o senhor Presidente, tal teria de ser negociado mais ano a ano e caso a caso, naquilo que tinha a ver com as intervenções que as Infraestruturas de Portugal iam fazendo ao longo dos tempos naquilo que eram as suas empreitadas de beneficiação e melhoramento. Em resumo, explicou que os senhores Presidentes de Câmara da Lezíria do Tejo não concordavam com o PNI, independentemente das questões partidárias. Estavam todos do mesmo lado, no sentido de exigir que esta NUT III tivesse um conjunto de investimentos que eram importantes para o desenvolvimento da região.-----

--- Passou-se de seguida para o **Segundo Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e votação de proposta de não assunção pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, no que respeita ao ano de 2021, das competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01/2019 – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, explicando que relativamente aos pontos 2 e 3 da Ordem de Trabalhos, não havia



al: 

as

unanimidade nos Municípios. O senhor Presidente disse não concordar com as transferências de competências, tendo em conta que as competências vinham, mas o dinheiro transferido não chegava. Esta era a posição da esmagadora maioria dos seus colegas, Presidentes de Câmara. Não havendo unanimidade, não havia possibilidade dessa transferência acontecer. Ela tendencialmente aconteceria quando fosse inevitável e obrigatória. Disse esperar que não fosse nos próximos anos e que esta era uma posição pessoal.-----

--- Submetida à votação a **proposta de não assunção pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, no que respeita ao ano de 2021, das competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01/2019 – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação**, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Passou-se de seguida para o **Terceiro Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e votação de proposta de não assunção pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, no que respeita ao ano de 2021, das competências previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde**.-----

--- Submetida à votação a **proposta de não assunção pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, no que respeita ao ano de 2021, das competências previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde**, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Passou-se de seguida para o **Quarto Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas Referente ao Ano de 2019**.-----

--- Submetidos à votação os **Documentos de Prestação de Contas Consolidadas Referente ao Ano de 2019**, os mesmos foram **APROVADOS POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- VOTOS A FAVOR – 26 (PS, PSD e CDU);-----

--- Abstenções – 1 (BE).-----

--- Passou-se de seguida para o **Quinto Ponto da Ordem do Dia - Apreciação de Balanço de Abertura, Análise Sumária e Demonstrações Financeiras da CIMLT reportadas ao final do 1.º semestre de 2020 e do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as mesmas**.-----



cel.
Abdo
Abey

--- Foi tomado conhecimento do Balanço de Abertura, Análise Sumária e Demonstrações Financeiras da CIMLT reportadas ao final do 1.º semestre de 2020 e do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as mesmas.-----

--- Passou-se de seguida para o **Sexto Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Orçamento para 2021, Grandes Opções do Plano 2021-2026 e Mapa de Pessoal para 2021.**-----

--- Submetido à votação o **Orçamento para 2021, Grandes Opções do Plano 2021-2026 e Mapa de Pessoal para 2021**, o mesmo foi **APROVADO POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- VOTOS A FAVOR – 26 (PS, PSD e CDU);-----

--- Abstenções – 1 (BE).-----

--- Passou-se de seguida para o **Sétimo Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta de Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano de 2021-2026.**-----

--- Submetida à votação a **Proposta de Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano de 2021-2026**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

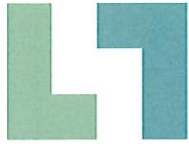
--- VOTOS A FAVOR – 26 (PS, PSD e CDU);-----

--- Abstenções – 1 (BE).-----

--- Passou-se de seguida para o **Oitavo Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta de Quarta Revisão ao Orçamento para 2020, Plano de Ação - Grandes Opções do Plano 2020-2025, e Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano Agora Revisadas.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, questionando a que se devia a necessidade de haver uma quarta revisão orçamental para 2020.-----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, explicando que a revisão prendia-se com o facto da CIMLT não ter ainda avançado com o Terminal Rodoviário de Santarém e com um conjunto de três biotrituradores que estavam numa candidatura. Tal tinha levado a CIMLT a fazer esta revisão, baixando os valores que estavam previstos. Informou ainda que o projeto técnico do Terminal estava a ser feito. No primeiro semestre de 2021, tendo em conta a evolução da pandemia, a CIMLT estaria em condições para lançar o concurso público para o Terminal Rodoviário de Santarém. O



mesmo para os biotrituradores, até porque estavam numa candidatura do Alentejo, que a CIMLT tinha de executar.-----

--- Submetida à votação a **Proposta de Quarta Revisão ao Orçamento para 2020, Plano de Ação – Grandes Opções do Plano 2020-2025, e Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano Agora Revistas**, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, explicando que a razão de ser da sessão acontecer em videoconferência tinha a ver com as orientações da DGS. A ideia era reduzir ao mínimo os contactos. Disse esperar que esta fosse a última sessão nestes moldes.-----

--- De seguida foi lida pela **senhora Secretária da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Dina Maria Gomes Rocha (PS)**, a Minuta da Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 30 de novembro de 2020, tendo sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Intermunicipal.-----

--- PRESIDENTE DA MESA -----

--- VICE-PRESIDENTE DA MESA -----

--- SECRETÁRIA DA MESA -----

